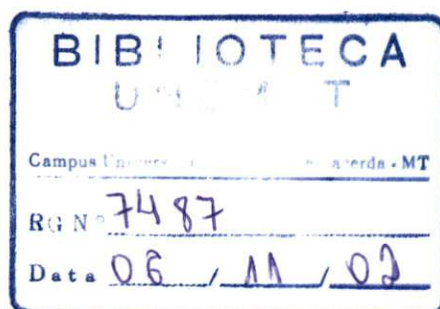


ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE PONTES E LACERDA

OS SENTIDOS QUE FUNCIONAM NOS DISCURSOS QUE
CONSTITUEM A GLEBA CERRO AZUL

MELQUIZEDEC OLIVEIRA DE CARVALHO



817.2(817.2)
C331A
Ex 1
C92569635

PONTES E LACERDA, AGOSTO DE 2002

ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE PONTES E LACERDA

**OS SENTIDOS QUE FUNCIONAM NOS DISCURSOS QUE
CONSTITUEM A GLEBA CERRO AZUL**

Ensaio Monográfico apresentado à
UNEMAT/Campus Universitário de Pontes e
Lacerda como requisito final para a obtenção do
grau de Licenciado (a) em Letras.

Orientador (a): Profª Kátia Chaves de Freitas

Pontes e Lacerda, agosto de 2002

DEDICATÓRIA

À minha esposa Maria Rita e aos meus filhos,
Raquel, Tatiane e Matuzalem.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha esposa, Maria Rita de Carvalho e aos meus filhos: Raquel, Tatiane e Matuzalem, por entenderem a minha ausência no período em que estive cursando Letras . Agradeço igualmente à Profª Kátia Chaves de Freitas, minha orientadora, pelos comentários quanto à produção do meu ensaio monográfico.

“O sujeito e o sentido, ao se constituírem, o fazem
na relação entre o mundo e a língua, expostos ao
acaso e ao jogo, mas também à memória e à regra”.

(Orlandi, 1996:141)

SUMÁRIO

Introdução -----	7
Capítulo I - Histórico de Pontes e Lacerda -----	8
Capítulo II - Quadro Teórico -----	12
Capítulo III - Corpus da Análise -----	15
3.1 - Relato I -----	15
3.2 - Relato II -----	18
Capítulo IV - Análise -----	20
4.1 - Recorte I -----	20
4.2 - Recorte II -----	22
4.3 -Recorte III -----	25
4.4 -Recorte IV -----	27
Considerações Finais -----	31
Bibliografia-----	32
Anexos-----	33

INTRODUÇÃO

Foi na década de 1970 que mudei-me com minha família para Pontes e Lacerda. Nessa época muitas pessoas vinham para essa localidade atraídas pela possibilidade de consecução de um pedaço de terra. Esse fato pode ser compreendido se se considerar a enorme área territorial ainda não ocupada nas regiões Centro-Oeste e Norte do Brasil nos anos 70 do século XX.

A minha chegada em Pontes e Lacerda coincidiu com o desenrolar de um processo que envolveu questões agrárias, de modo que, testemunhei parcialmente os acontecimentos que se deram na Gleba Scatolin¹. Na década de 1980 ocorreram outros conflitos ligados à problemática da posse de terra, que ficaram conhecidos como, Pindaítuba e Cerro Azul.

Ser contemporâneo de um fato que sempre apareceu na história de Pontes e Lacerda: a questão agrária, serviu-me como base para realizar um ensaio monográfico. A convivência com tal problema levou-me a pensar que poderia falar sobre o conflito pela posse da terra e, sendo assim decidi analisar discursos nos quais o conflito na Gleba Cerro Azul seja considerado, incluindo documentos emitidos pelo Incra .

¹O Profº Carlitos Fernandes apresentou como requisito para graduação um ensaio monográfico no semestre 2001/II sobre o conflito na Gleba Scatolin.

CAPÍTULO I - HISTÓRICO

Como faço um trabalho sobre um fato que ocorreu em Pontes e Lacerda, apresentarei um histórico desse município.

Histórico do Município de Pontes e Lacerda²

As primeiras notícias do que veio a chamar-se mais tarde de Pontes e Lacerda, remontam ao ano de 1784, quando foi elaborada a primeira carta geográfica dos rios da região de Vila Bela da Santíssima Trindade, no Rio Guaporé, caudatório da Bacia Amazônica, até o Rio Jauru, afluente do Rio Paraguai, formador da Bacia do Prata. Acompanhavam as operações o Corenel Ricardo Franco de Almeida Serra, os astrônomos e cartógrafos Antonio Francisco da Cunha "Pontes" e Francisco José de Lacerda e Almeida, de cujo nomes surgiu o binômio Pontes e Lacerda.

O conhecimento efetivo da região verificou-se em 1906, foi quando o Marechal Rondon, instalou o primeiro Posto dos Correios denominando o local de Pontes e Lacerda. Como encarregado da linha telegráfica ficou Antonio Colombo e Emiliano Coleta da Cunha que cuidava do tráfego e o senhor Benedito Francisco da Silva que era o guarda da linha, era o começo da Vila dos "Pretos".

²O histórico que apresento foi elaborado pela Fundação Centro de Ensino Superior de Cáceres- UNEMAT.

O então governador Coronel Pedro Celestiano Corrêa da Costa através do Decreto nº 227, de 19 de julho de 1909, delimitou 3.600(três mil e seicentos) hectares de terras devolutas, para o centro da futura povoação na zona atravessada pela linha telegráfica para o Acre. O desenvolvimento se fez muito lentamente, em função das condições adversas da época, pela total falta de estradas. Passaram-se longos anos sem que se registrasse algum fato histórico relevante. Somente em 22 de novembro de 1947, chega em Pontes e Lacerda, Mariano Peres de Campo, poaceiro, que veio a pé, margeando o Rio Guaporé, em companhia de 22 índios. Em 1951, chega o engenheiro Welton que cumprindo ordens do governo fez algumas medições. Somente a partir de 1955, a região tornou-se conhecida com a vinda de agricultores paulistas, como o Sr. Benedito (Garças - SP), fizeram a primeira derrubada e plantaram a 1ª roça de arroz, milho e feijão, colhendo 200 sacas. Em 02 de setembro, chega o agrimensor Jorge Lemos a serviço da Sul Brasil, na mediação das terras. Os índios Nhambiquaras, moradores da região, frequentemente atacavam os moradores. Em 1962, aportou Joaquim Goulart, vindo de Barretos (SP), indo abrir fazenda à margem do Córrego da Onça e trazendo consigo uma imagem de N.S. Aparecida.

Em 1961, o DNER, abriu a rodovia ligando Pontes e Lacerda à Vila Bela da Santíssima Trindade, de cujo município fazia parte. Com o término da obra, o cozinheiro da construtora da rodovia resolveu ficar com a família, construindo um barraco onde hoje é a Avenida Marechal Rondon, cujas demarcações definitivas foram somente feitas em 1970.

Em 1962, Máximo Assunção foi fiscal da linha telegráfica, e percorria o trecho de Pontes e Lacerda a Esperidião da Costa Marques, a cavalo, levava neste

percurso de 3 a 4 dias. Ainda neste ano, chega o poaeiro Messias Senábio, este foi atacado várias vezes por índios Nhambiquaras.

Até este ano a Vila permaneceu estagnada, atraindo um pequeno número de agricultores que por aqui permaneceram.

Em 12 de maio de 1962 chegam as famílias Azambuja e Arantes, que vieram da cidade de Três Lagoas, num comboio de três caminhões, construíram casas, fizeram picadas e plantaram roças. As famílias unidas acompanhavam e participavam ativamente do desenvolvimento da cidade.

Nomeado em 30 de abril de 1970, pelo então Presidente da Codemat, o Sr. Getúlio de Lima Arantes ao cargo de 1º encarregado da Vila de Pontes e Lacerda, foi este que fez a demarcação da Avenida Cândido Rondon, usando um aparelho de madeira parecendo um pouco com o teodolito.

Em virtude do desenvolvimento lento, mas progressivo verificado em Pontes e Lacerda, o Dr. José Garcia Neto (governador) elevou o povoado à categoria de Distrito do município de Vila Bela da Santíssima Trindade, através da lei nº 3.813, de 06/12/1976.

Em razão da excelência das suas terras, próprias para vários tipos de cultura e principalmente para a pecuária, muita gente de fora começou a chegar, principalmente de São Paulo e Minas Gerais, abrindo fazendas, em vista do baixo custo das terras amplas e disponíveis. Assim, o progresso foi se impondo, forçando a elevação do distrito à categoria de município, o que se deu com a Lei nº 4.167, de 29 de dezembro de 1979, sancionada pelo Governador Frederico Carlos Soares de Campos.

Outro motivo que contribuiu para o rápido crescimento demográfico foi a descoberta de ouro, nos garimpos da Serra de Santa Bárbara e do Caldeirão, cuja

produção mensal gerava em torno de 360 quilos, livremente comercializados na sede do município.

Apesar de criado em 29/12/79, o município somente foi instalado em janeiro de 1981, com a posse do 1º administrador de Pontes e Lacerda, o Sr. Gercino Rodrigues de Souza, que governou até 31/01/83 quando tomou posse o 1º prefeito eleito pelo voto, em 15/11/82, o Sr. Dionir de Freitas Queiroz, cujo mandato se iniciou precisamente no dia 1º de fevereiro de 1983, terminando em 31 de dezembro de 1988, quando foi empossado, a 1º de janeiro de 1989, o segundo prefeito eleito em 15 de novembro de 1989, Dr. Dauri Alves Mariano.

CAPÍTULO II - QUADRO TEÓRICO

Estarei buscando suporte teórico, para a realização da minha pesquisa, na Análise de Discurso da linha francesa, que teve sua origem na década de 1960, e é considerada uma teoria crítica da produção da linguagem.

O aparecimento da Análise de Discurso (que chamarei de AD) como teoria semântica ocupada com a questão do sentido por meio da compreensão do funcionamento dos processos de significação, deve-se às reflexões de Michel Pêcheux, que propôs um estudo da linguagem filiado à Linguística, ao Marxismo e à Psicanálise.

A AD, como afirmam os estudiosos da Escola Francesa, aparece no lugar das contradições entre as disciplinas que estudam a linguagem de forma estanque (formalismo, o sociologismo , o pragmatismo). No entremeio das contradições ocasionadas por essas disciplinas, a AD promoveu um deslocamento teórico por meio da introdução de noções, como ideologia e discurso. Neste ponto, pode-se dizer que a AD não é uma “quarta tendência”, mas “se constitui no lugar produzido pela relação contraditória entre as três existentes” (Orlandi,1996:24).

A AD caracteriza-se por estabelecer um modo de discussão que toma com alvo os pressupostos que a constituem. Em sua aparência, a AD é conhecida como uma teoria que compreende a linguagem em sua relação com a exterioridade a partir do discurso. Orlandi(1997) afirma que o discurso é o lugar de contato entre língua e ideologia, ou seja, o discurso não é a fala, enquanto forma individual, mas um elemento duplamente determinado que materializa o contato entre o ideológico e o lingüístico.

O discurso necessariamente relaciona-se com outros discursos, essa relação é chamada de interdiscurso, ou “o conjunto do dizível, histórico e linguisticamente definido” (Orlandi, 1997:89). Os sentidos são produzidos devido à presença do interdiscurso, isto é, são efeitos do cruzamento de discursos diferentes entre si. Ainda em relação ao interdiscurso, são consideradas as formações discursivas, tidas como “diferentes regiões que recortam o interdiscurso e que refletem as diferenças ideológicas, o modo como as posições dos sujeitos, seus lugares sociais aí representados, constituem sentidos diferentes” (Guimarães, 1995:66).

Falando de formações discursivas, Orlandi (1999) comenta que as palavras ganham sentidos a partir da posição em que passam a ser utilizadas em determinado momento. Para essa autora, é através da noção de formação discursiva que o analista pode compreender o processo de produção dos sentidos, além de possibilitar que se estabeleça as regularidades do funcionamento do discurso.

As formações discursivas são vistas como regionalizações do interdiscurso, a memória do dizer, o local em que uma formação discursiva se relaciona com outra.

“É pela referência à formação discursiva que podemos compreender, no funcionamento discursivo, os diferentes sentido. Palavras iguais podem significar diferentemente porque se inscrevem em formações discursivas diferentes. Por exemplo, a palavra “terra” não significa o mesmo para um índio, para um agricultor sem terra e para um grande proprietário rural. Ela significa diferente se a escremos com letra maiúscula Terra ou com minúscula terra etc. Todos esses usos se dão em condições de produção e verificando o funcionamento da memória, ele deve remeter o dizer a uma formação discursiva (e não outra) para compreender o sentido do que ali está dito” Orlandi (1999: 44,45)

Também é considerada pela AD, a questão do sujeito a qual é trabalhada de maneira diferente daquela da lingüística tradicional, o sujeito visto como abstrato, ideal, podendo compreender e dizer tudo por possuir internalizado um sistema de regras, de uma forma que a relação língua e história não é considerada. Segundo Orlandi (1990:176):

“A perspectiva discursiva propõe que se considere que a relação do sujeito com a linguagem é uma relação contraditória, em que há dupla determinação: enuciado pelo sujeito e deste pela sua relação com a exterioridade, seu contexto sócio-histórico. Para que o seu discurso tenha um sentido, é preciso que ele já tenha sentido, isto é, o sujeito se inscreve (e inscreve o seu dizer) em uma formação discursiva que se relaciona com outras formações discursivas”.

Nessa perspectiva, o indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia, isto é, precisa submeter-se à língua e à história para produzir sentidos, de modo que o indivíduo já é sempre sujeito.

“(…)o sujeito se constitui pelo “esquecimento” daquilo que o determina. Podemos agora precisar que a interpelação do indivíduo em sujeito de seu discurso se efetua pela identificação (do sujeito) com a formação discursiva que o domina (isto é na qual ele é constituído como sujeito): essa identificação, fundamentada da unidade (imaginária) do sujeito, apóia-se no fato de que os elementos do interdiscurso (sob sua dupla forma descrita mais acima, enquanto “pré-construído”, e “processo de sustentação”) que constituem, no discurso do sujeito, os traços daquilo que o determina, são re-inscritos no discursos do próprio sujeito” Pêcheux (1997:163).

CAPÍTULO III - CORPUS DE ANÁLISE

O corpus de análise é constituído por dois relatos e por alguns documentos que nos foram repassados pelo Incra.

Primeiramente apresentaremos os relatos, sendo o primeiro concedido pelo Sr. Décio Cipriano Maniçoba (brasileiro, maior, casado, ex-engenheiro do Incra, possuidor do RG nº 3389326 SSP/ RN) e o segundo concedido pelo Sr. Belmiro Antunes de Moraes (brasileiro, maior, viúvo, ex- proprietário de terra na Gleba Cerro Azul, possuidor do RG nº 338455 SSP/MT).

Os documentos que atestam a delimitação de terras e o assentamento de posseiros na Gleba Cerro Azul serão colocados nos anexos.

3. 1 - Relato I

“... eu como engenheiro do Incra que vim para cá... transferido de Cáceres pra cá... e como chefe do Incra local foi uma das primeiras áreas... que tive a oportunidade de acompanhar toda a história do Cerro Azul... e eu sempre falei que Lacerda teve os ciclos de evolução... o ciclo da madeira... o ciclo das posses... o do grilo como se falava... e o ciclo do ouro... pra mim... o mais importante para Pontes e Lacerda foi a questão das terras... como quando eu cheguei aqui as áreas que havia... é vamos dizer... trabalhadas e mansas e pacíficas para o Incra era a Gleba Scatolin e a Gleba Mil e Quinhentos Alqueires... eu trabalhava no cenário naquele momento... a área Cerro Azul que faz parte da Fazenda Nacional Casalvasco... a Fazenda Nacional Casalvasco são seiscentos

e cinco mil hectares de terras... desses seiscentos e cinco mil hectares de terras... trinta e dois mil e poucos hectares estão lá na gleba chamada de Cerro Azul... e o que aconteceu... muitos dos posseiros que estavam na Gleba Scatolin venderam aquelas suas posses aqui e passaram o Cerro Azul... se estabeleceram com posse lá no Cerro Azul... o que foi que redundou para Pontes e Lacerda nesta história... quando a pessoa vendeu... ele vendeu por um preço maior... era uma posse mansa e pacífica... já aberta e essa pessoa vinha aqui na cidade... comprava um terreno urbano e construía sua casinha e daqui ele saiu lá pra o Cerro Azul e fez sua posse lá... então o Cerro Azul indiretamente fomentou o desenvolvimento também urbano aqui na questão moradia... porque as pessoas tinham suas terras lá e uma casa aqui... às vezes já trocada por uma outra posse... isto eu estou falando só num contexto propriamente de... questão dos recursos (...) como angariar recursos... umas pessoas às vezes que não tinham jamais de construir uma casa ele teve à medida que (...) fez esse tipo de negócio e entrou lá no Cerro Azul (...) lá ele começou a produzir lá estabeleceu toda uma população... e realmente aconteceram muitos desmandos... aí na realidade os posseiros sofreram realmente bastante... eu acompanhei tudo isso... aí (...) muitas vezes tiveram suas lavouras devastadas pela entrada do gado que o fazendeiro do outro lado soltava de lá pra cá... quantas vezes eu recebi Aluíso Andreino reclamando isso que estava na margem do rio Alegre... o gado entrou lá... bem pertinho de onde é a sua propriedade hoje ali (...) e ele reclamava isso pra gente e à medida que eu recebia tanta e tanta reclamação... na minha maneira de avaliar... sabendo que aquilo ali era a Fazenda Nacional Casalvasco... eu resolvi vestir a camisa e dizer... essa questão é pra ser resolvida... eu vejo isso mais como desmando em cima de terras públicas do que propriamente uma aventura... como diz... não isso é só grileiro... isso é aquilo (...) ...

não... se é terra pública o Incra tem que tomar as medidas... então o Cerro Azul foi de capital importância na questão... produção inicial... as lavouras... quanto financiamento de feijão naquele tempo... eu me lembro que quando foi criar o Banco do Brasil entre Pontes e Lacerda ou ia para Vila Bela... fizeram um levantamento pra saber onde era que tinha mais agricultores e deu naquele tempo quatrocentos e onze produtores de feijão principalmente aqui em Pontes e Lacerda... enquanto tinha onze lá em Vila Bela... então o banco deveria ficar aqui e não ir pra Vila Bela... então você vê a importância realmente que é o Cerro Azul... e muitos financiaram o plantio lá dentro do Cerro Azul... de lavoura de feijão... porque era terra da União... era propriedade nacional... um dia o Incra regularizaria e nós aqui no Incra antes de adiantar qualquer documento dava uma declaração de que a pessoa estava realmente em cima de própria nacional e teria esse direito... com isso o Banco do Brasil já liberava um recurso naquele tempo com as facilidades que havia... então por aí você vê realmente qual a grande importância de Cerro Azul... eu sempre falo... Lacerda cresceu e vai ser grande... atingiu... superou todas as suas fases difíceis que havia antes de haver uma diretriz como hoje existe movimentos organizados do MST... mas seria até uma brincadeira se entrasse o MST aqui em Pontes e Lacerda... porque Lacerda se antecedeu na questão terra... e só pra ter uma idéia... a primeira área desapropriada no Estado de Mato Grosso foi a Gleba Scatolin... e Cerro Azul não precisou de ser desapropriado porque já era própria nacional... então graças a Cerro Azul e depois São Domingos... Lacerda se estruturou... se falar de Scatolin que é o esteio básico da questão... vamos dizer assim do desenvolvimento de Pontes e Lacerda porque... alguém que queria é chegar aqui... se aventurar de vir pra essa região... ele queria ter uma terra... quando chegava aqui ele comprava de imediato um lote na Gleba Scatolin... comprando em Scatolin aquela

peessoa e ia lá pro Cerro Azul... fazia uma casinha aqui e ia pra lá... e isso gerou esse círculo que fez com que muita gente viesse pra cá realmente na expectativa de adquirir terra... então foi indiretamente o fomentador do desenvolvimento da população de Pontes e Lacerda.

3.2- Relato II

...a luta pela terra da Gleba Cerro Azul teve seu início no final dos anos setenta... onde centenas de famílias adentraram na área...começaram a desmatar e a residir em suas posses...isso sem que fossem impedidos...mas já ao iniciar os anos oitenta...quando a maioria dos posseiros estava produzindo cereais e residindo nas posses deu-se início à batalha na Justiça...onde pseudoproprietário foi reintegrado na área não deixando os posseiros retirar nem mesmo os animais domésticos e os cereais produzidos que estavam em plena época da colheita o que provocou aos mesmos uma grande revolta... mas com paciência e por via judicial... durante um período aproximadamente de oito a dez meses tentaram reaver seus direitos e não conseguindo apelaram para um confronto armado com os capangas do pseudoproprietário resultando na morte de três pessoas... na época o Presidente da República era o General João Batista de Oliveira Figueiredo... que em uma visita a Mato Grosso veio até Cáceres... isto foi na Copa do Mundo de mil novecentos e oitenta e dois... aí surgiu a idéia de levar uma faixa pedindo a ajuda do Presidente... e como era Copa do Mundo e o Presidente... militar das Forças Armadas... os posseiros astuciosos levaram uma faixa com os seguintes dizeres escritos em verde e amarelo... “Senhor Presidente Posseiros da Fazenda Nacional Casalvasco Despejados

por Liminar em Favor de um Grupo Econômico de Minas Gerais Pedem a Complacência de Vossa Excelência"... segundo o pessoal que conduziram a faixa até Cáceres foi difícil chegar próximo ao palanque... para isso enfrentaram a polícia que tentou barrá-los... mas conseguiram se aproximar... e quando abriram... o Presidente leu e se emocionou... pois ali estavam brasileiros pedindo sua ajuda... foi onde determinou a imediata averiguação do fato enviando no mesmo dia assessores do Incra de Brasília que faziam parte do palanque da comitiva presidencial para Pontes e Lacerda... segundo o posseiro que levou o pessoal do Incra na área após constatada a verdade e próximo à fazenda do senhor Nelinho... alcançaram um senhor chamado Elviro... sua esposa e uma filha do casal montando num cavalo com vários sacos cheios na garupa... o chefe do Incra que estava na cabine da caminhonete perguntou... "quem é aquele senhor?"... e o posseiro que os levou na área respondeu... "é um posseiro"... então o chefe do Incra ordenou que parasse... dirigindo ao senhor Elviro perguntou... "o que tem nestes sacos"... e ele respondeu... meio em lágrimas... "é mandioca... banana e outros mantimentos que produzi na minha posse e tive que roubar para comer"... nesse momento os sacos já estavam na carroceria da caminhonete e ao averiguar de fato era mantimentos... essa conversa entre o senhor Elviro e o chefe do Incra foi na carroceria da caminhonete no trecho onde o alcançaram até o Nelinho...depois que saíram do Nelinho o outro colega do chefe do Incra perguntou... "o que o senhor viu?"... e ele respondeu... "o que eu falei com aquele lavrador vou colocar no papel doa a quem doer"... foi aí que o Cerro Azul foi definitivamente conquistado e entregue aos parceiros.

CAPÍTULO IV - ANÁLISE

4.1- Recorte I

“... e eu sempre falei que Lacerda teve é ciclos de evolução... o ciclo da madeira... o ciclo das posses o do grilo como se falava e o ciclo do ouro... pra mim o mais importante para Pontes e Lacerda foi a questão da posse... a questão das terras (...)”

A história de Pontes e Lacerda é marcada pela questão agrária, conforme o proposto pelo Diagnóstico Fundiário elaborado pelo Incra em 1984: “Criado o Projeto Fundiário Vale do Guaporé, a UF - 1 foi incorporado ao mesmo, e passou a jurisdicionar o atual município de Pontes e Lacerda, onde problemas de tensão social são uma constante”.

Nesse recorte, o Sr. Décio Cipriano Maniçoba, ex-engenheiro do Incra e contemporâneo à época de ocorrência do conflito na Gleba Cerro Azul, fala de um lugar que é reconhecido socialmente como legítimo, representando uma autoridade no que se refere ao conhecimento específico sobre a política fundiária. A expressão “eu sempre falei que Lacerda teve é ciclos de evolução(...)” mostra a ocupação desse lugar por um sujeito autorizado, sobretudo pela utilização do advérbio sempre, uma marca lingüística que torna possível essa leitura. Para a AD, o sujeito é afetado pela língua e pela história, isto é, é determinado, caso não se submeta à língua e a história não produz sentidos.

“Devemos ainda lembrar que o sujeito discursivo é pensado como “posição” entre outras. Não é uma forma de subjetividade mas um

“lugar” que ocupa para ser sujeito do que diz (M. Foucault, 1969): é a posição que deve e pode ocupar todo sujeito para ser sujeito do dizer. Quando falo a partir da posição de “mãe”, por exemplo, o que digo deriva do sentido, em relação à formação discursiva em que estou inscrevendo minhas palavras, de modo equivalente a outras falas que também fazem parte dessa mesma posição”
Orlandi (1999:49) .

Neste momento em que é comentada a posição que o sujeito ocupa em relação à formação discursiva a qual se filia, saliento o fato do Sr. Décio Cipriano Maniçoba comparar a história politico-econômica de Pontes e Lacerda com ciclos, os quais segundo ele são ciclos de evolução. Assim, são apontados os ciclos da madeira, do ouro e o das posses (também chamados de grilos), sendo este último tido como mais importante para o desenvolvimento da cidade. A partir dessa colocação, observo e permito a mim mesmo fazer uma comparação entre a história de Pontes e Lacerda e a história do Brasil, de um modo geral com a história dos países colonizados pelas potências européias. Na história do Brasil são citados os ciclos econômicos: o do pau-brasil, o da cana de açúcar, o do ouro. Os portugueses dilapidavam os recursos naturais do país para vendê-los e assim sustentar a nobreza, ou seja, toda a riqueza produzida no Brasil não era usada para promover o bem-estar social dos brasileiros, mas da aristocracia européia.

Em Pontes e Lacerda essa história se repete, pois ocorrem ciclos econômicos, de modo que, pelo que entendo a partir desse efeito de sentido, pessoas vão e vêm, explorando os recursos naturais enquanto existem, quando acabam essas mesmas pessoas vão embora, levando consigo os lucros que obtiveram com os produtos da região. Chamo atenção para a presença da palavra “ciclos” e os efeitos de sentido que ela produz, isto é, o sentido não existe em si mesmo, porém é determinado

por posições ideológicas estabelecidas no processo sócio-histórico no qual se dá a produção das palavras.

A comparação feita pelo Sr. Décio Cipriano Maniçoba mostra que o sujeito se inscreve numa formação discursiva dada para produzir sentidos, nesse caso uma formação discursiva da História. Partindo desse comentário, remeto-me à Orlandi(1999,43) quando esta considera que:

“O discurso se constitui em seus sentidos porque aquilo que o sujeito diz se inscreve em uma formação discursiva e não outra para ter um sentido e não outro. Por aí podemos perceber que as palavras não têm um sentido nelas mesmas, elas derivam seus sentidos de formações discursivas em que se inscrevem. As formações discursivas, por sua vez, representam no discurso as formações ideológicas. Desse modo, os sentidos sempre são determinados ideologicamente. Não há sentido que não o seja, tudo que dizemos tem, pois, um traço ideológico em relação a outros traços ideológicos. E isto não está na essência das palavras mas na discursividade, isto é, na maneira como, no discurso, a ideologia produz seus efeitos, materializando-se nele. O estudo do discurso explicita a maneira como a linguagem e a ideologia se articulam, se afetam em sua relação recíproca”.

4.2- Recorte II

... e à medida que eu recebia tanta e tanta reclamação... na minha maneira de avaliar sabendo que aquilo ali era Fazenda Nacional Casalvasco... eu resolvi vestir a camisa e dizer... essa questão é pra ser resolvida... eu vejo isso mais como um desmando em cima de terras públicas do que propriamente uma aventura como diz... não isso é só grileiro... isso é aquilo... não se é terra pública o Incra tem que tomar as medidas...

As constantes invasões em áreas de litígio que ocorreram ao longo das décadas de 1970 e 1980 levaram o Incra a criar o Projeto Fundiário Vale do Guaporé através

da Portaria Incra/nº 11 de 19 de janeiro de 1982, sediado em Pontes e Lacerda e com área total jurisdicionada correspondente a 5.915.000 ha (cinco milhões novencentos e quinze mil hectares). O Projeto Fundiário Vale do Guaporé voltou-se para a resolução dos problemas decorrentes de invasões em várias glebas dos municípios de Vila Bela e Pontes e Lacerda, entre elas a Gleba Cerro Azul, que fica dentro dos limites da Fazenda Nacional Casalvasco, a qual conforme Diagnóstico Técnico emitido pelo Incra em 05 de abril de 1982, possuía uma área de 605.000 ha (seiscentos e cinco mil hectares) situados nos municípios de Vila Bela da Santíssima Trindade e Pontes e Lacerda. No Diagnóstico Fundiário feito pelo Incra em 28 de fevereiro de 1984 aparece a afirmação de que em 22 de setembro de 1975, através da Portaria nº 1359, foi criada a Unidade Fundiária de Casalvasco (a UF-1) com sede no então Patrimônio de Pontes e Lacerda. Com a criação da UF-1 os posseiros das glebas São Domingos, Casalvasco, Alegre, etc, passaram a ser atendidos, além de pessoas originárias de outras regiões do país, que buscavam informações sobre a situação fundiária dos imóveis que pretendiam adquirir.

O grande número de indivíduos que deslocaram-se até a UF-1 (incluindo aqueles que moravam na Gleba Cerro Azul) é referido pelo Sr. Décio Cipriano Maniçoba: “(...) e à medida que eu recebia tanta e tanta reclamação... na minha maneira de avaliar sabendo que aquilo ali era Fazenda Nacional Casalvasco... eu resolvi vestir a camisa e dizer... essa questão é para ser resolvida (...)”. Tais reclamações surgiram porque os posseiros entraram na Gleba Cerro Azul, dentro da Fazenda Nacional de Casalvasco, construíram casas e organizaram lavouras quando um grupo econômico de Minas Gerais requereu a posse da área na Justiça. A partir desse fato, o conflito começou e o Sr. Décio Cipriano Maniçoba diz que resolveu “(...) vestir a camisa e dizer... essa questão é pra ser resolvida (...)”.

Neste caso, o sujeito-engenheiro do Incra assume uma posição que defende os interesses dos posseiros da Gleba Cerro Azul, pois eles estavam em uma situação na qual não poderiam lutar de igual para igual com o grupo econômico de Minas Gerais que solicitava a tomada de uma área de 35.535 ha (trinta e cinco mil quinhentos e trinta e cinco hectares) na Justiça. O sujeito-engenheiro do Incra toma para si uma causa supostamente “justa” tendo em vista que a Gleba Cerro Azul ficava na Fazenda Nacional de Casalvasco, área de propriedade da União. As condições de produção desse discurso, mostram que a ocorrência de conflitos era iminente, como aquele ocorrido na década de 1970 na Gleba Scatolin. O derramamento de sangue era algo que o governo desejava evitar a todo custo, daí entra o Incra com um trabalho voltado ao assentamento de milhares de indivíduos em toda a Fazenda Nacional de Casalvasco. Portanto, insisto em dizer que as condições de produção são necessárias para compreender como o discurso significa..

“As condições de produção implicam o que é material (a língua sujeita a equívoco e a historicidade), o que é institucional (a formação social, em sua ordem) e o mecanismo imaginário. Esse mecanismo produz imagens dos sujeitos, assim como do objeto do discurso, dentro de uma conjuntura sócio-histórica. Temos assim a imagem da posição sujeito locutor (quem sou eu para lhe falar assim?) mas também da posição sujeito interlocutor (quem é ele para me falar assim, ou para que eu lhe fale assim?), e também a do objeto do discurso (do que estou lhe falando, do que ele me fala?). É pois um jogo imaginário que preside a troca de palavras. E se fazemos intervir a antecipação, este jogo fica ainda mais complexo pois incluirá: a imagem que o locutor faz da imagem que seu interlocutor faz dele, a imagem que o interlocutor faz da imagem que ele faz do objeto do discurso e assim por diante” Orlandi (1999: 40).

Tomo ainda, nesse recorte, a passagem “(...)eu vejo isso mais como um desmando em cima de terras públicas do que propriamente uma aventura...como diz...não isso é só grileiro...isso e aquilo(...)”, na qual a palavra grileiro é utilizada ,

palavra essa dotada de sentido pejorativo, que constitui-se por meio do trabalho de uma rede de memória, o interdiscurso. Portanto, quando se enuncia a palavra “grileiro”, estão estabelecidos aí sentidos que apontam para uma atitude negativa diante daquilo que é colocado numa sociedade que tem como base a propriedade privada. No discurso do sujeito-engenheiro do Incra são silenciados possíveis atributos dos “grileiros” com a expressão “(...)isso e aquilo(...)”, pergunto o que são os “grileiros”? É na memória do dizer que o sentido de “grileiro” se produz.

“O interdiscurso é a relação de um discurso com outros discursos. No sentido de que esta relação não se dá a partir de discursos empiricamente particularizados a priori. São elas próprias, as relações entre discursos, que dão a particularidade que constituem todo discurso. Ou seja, um discurso se produz como trabalho sobre outros discursos. E neste sentido “o interdiscurso é o conjunto do dizível, histórica e lingüisticamente definido” (Orlandi, 1992:89), deste modo o enunciável (o dizível) é um já-dito e, como tal, é exterior à língua e ao sujeito. “Ele se apresenta como séries de formulações distintas e dispersas que formam em seu conjunto o domínio da memória” Guimarães (1995:66) .

4.3- Recorte III

... eu sempre falo... Lacerda cresceu e vai ser grande atingiu... superou todas as suas fases difíceis que havia antes de haver uma diretriz como hoje existem movimentos organizados do MST... mas seria até uma brincadeira se entrasse o MST aqui em Pontes e Lacerda... porque Lacerda se antecedeu na questão terra e só pra você ter uma idéia a primeira área desapropriada no Estado de Mato Grosso foi a Gleba Scatolin... e Cerro Azul não precisou ser desapropriada porque já era própria nacional... então graças a Cerro Azul e depois São Domingos... Lacerda se estruturou... sem falar de Scatolin que é o esteio básico...

Observo, nesse recorte, uma referência ao MST (Movimento dos Sem-Terra) como desnecessário para o desenvolvimento de Pontes e Lacerda “(...) mas seria até brincadeira se entrasse o MST aqui em Pontes e Lacerda... porque Lacerda se antecedeu na questão da terra(...)”. O município de Pontes e Lacerda, com a “ajuda” da UF-1 (Unidade Fundiária de Casalvasco), desenvolveu-se “(...) se estruturou(...)”, sem necessitar da presença de um movimento como o MST, tido como ameaçador para a ordem pública e para a conservação de bens privados, legitimamente reconhecidos como frutos do trabalho árduo de sujeitos-de-direito³.

Orlandi(1990) diz que a disputa pela terra no Brasil-Colônia se dava entre o Estado e a Igreja, sendo possível observar isso a partir da conversão do índio, “(...)indispensável para a salvação de um “povo” sem Deus. O “progresso”, aí, não é só da nação, é o da “civilização” ocidental cristã. É universal”(Orlandi,1990:126). É muito interessante o seguinte comentário:

“Este é um discurso que, ao instituir a separação índio convertido/não convertido, prenuncia a “necessidade” de extermínio (índio selvagem /aculturado). Paradigma produtivo e eficaz na posse da terra e na administração dos conflitos que dizem respeito a ela. Que distribui sentidos em muitas direções e que desemboca, hoje, por exemplo, no discurso sobre a reforma agrária com a separação entre o trabalhador rural assentado/o sem-terra invasor”(Orlandi,1990:126).

³ As modificações econômicas que ocorreram a partir do século X, atingindo seu auge no século XIII, propiciaram o enfraquecimento da Igreja dentro do sistema feudal. De uma economia rural de subsistência, passou-se a uma economia artesanal e urbana, que teve como decorrência a idéia de lucro. O comércio sedentarizou-se e trouxe o progresso da instrução e da comunicação escrita. Essa sedentarização inscreveu-se dentro do avanço do aparelho jurídico, já que os artesãos, mercadores e camponeses, reivindicando seus direitos e liberdades, conduziram à fundamentação do poder jurídico, com a formação do “sujeito-de-direito” (Haroche,1984), um sujeito responsável por suas ações, ao qual a História tensa de sua constituição foi atribuindo direitos e deveres. Os laços pessoais que uniam senhores e vassalos até o século XI, transformaram-se em relações econômicas: os senhores concederam os feudos a seus vassalos e estes passaram a receber pagamento pelos serviços prestados aos primeiros. Para comprarem sua liberdade, os vassalos endividavam-se, o que os levou à sujeição econômica que veio substituir a sujeição pessoal” (Lagazzi,1988:20,21).

4.4 -Recorte IV

“(...)na época....o Presidente da República era o General João Batista de Oliveira Figueiredo que em uma visita a Mato Grosso veio até Cáceres... isto foi na Copa do Mundo de mil novecentos e oitenta e dois...aí surgiu a idéia de levar uma faixa pedindo a ajuda do Presidente...e como era Copa do Mundo e o Presidente...militar das Forças Armadas...os posseiros astuciosos levaram uma faixa com os seguintes dizeres escritos em verde e amarelo...”Senhor Presidente Posseiros Fazenda Nacional Casalvasco Despejados por Liminar em Favor de um Grupo Econômico de Minas Gerais pedem Complacência de Vossa Excelência”

Este recorte foi realizado a partir do relato do Sr. Belmiro Antunes Moraes, que participou do conflito na Gleba Cerro Azul, e atualmente é ex-proprietário de terra nessa área.

O ano de 1982 representa um marco decisivo para os posseiros da Gleba Cerro Azul, além de apresentar-se como um ano de agitação para o povo brasileiro: acontecia a Copa do Mundo. Tendo em vista, que o conflito na Gleba Cerro Azul ocasionou três mortes (segundo relato do Sr. Belmiro Antunes de Moraes), tal o grau de violência, os posseiros resolveram comunicar o problema a uma autoridade. Souberam então, que o Presidente da República, o General João Batista de Oliveira Figueiredo, estaria em Cáceres (cidade que fica a 226 quilômetros de Pontes e Lacerda).

Assim, organizaram-se e foram até Cáceres, pretendendo encontrar-se com o Presidente da República: “(...)aí surgiu a idéia de levar uma faixa pedindo a ajuda do Presidente...e como era Copa do Mundo e o Presidente... militar das Forças

Armadas(...)”. O fato de viverem em um momento de ocorrência de uma Copa do Mundo foi bastante importante para que os posseiros pudessem pronunciar-se num contexto histórico então marcado por um regime ditatorial, que tinha como base a política do silêncio, na forma da censura. Numa Copa do Mundo, um povo como o brasileiro, que é apaixonado por futebol, torna-se supostamente “mais emotivo”, ocorrendo mesmo uma comoção geral. Então, por qual razão, o Presidente da República, que embora fosse militar não se sensibilizaria com a causa apresentada por alguns posseiros do interior de Mato Grosso?

A faixa levada pelos posseiros fora escrita com as cores da bandeira do Brasil: (...)os posseiros astuciosos levaram uma faixa com os seguintes dizeres escritos em verde e amarelo: “Senhor Presidente Posseiros Fazenda Nacional Casalvasco Despejados por Liminar em Favor de um Grupo Econômico de Minas Gerais Pedem a Complacência de Vossa Excelência (...)”. A faixa que os posseiros portavam trazia consigo uma memória discursiva. Primeiramente, observando as cores utilizadas, aparecem o verde e o amarelo, as cores que constituem uma identidade brasileira através de nossa riqueza natural e da luminosidade de nossa terra, garantida pela posição geográfica nos trópicos. Já, o tratamento dispensado ao Presidente da República é iniciado com o uso do pronome Senhor, não do Vossa Excelência, que é tido como pronome de tratamento que deve ser usado em referência a autoridades, como um presidente. Isso evidencia uma forma de aproximação entre figuras que ocupam lugares sociais totalmente distintos. Um outro efeito de sentido que funciona nos dizeres é a colocação do nome da área “Fazenda Nacional Casalvasco” frente a Grupo Econômico de Minas Gerais”, de forma que aí colocam-se os interesses de uma Nação unida pelo verde/amarelo, presentificado nos posseiros enquanto

representantes do povo brasileiro, e os interesse particulares de um grupo econômico.

Citando mais uma vez Orlandi (1999:30).

“Os dizeres não são, como dissemos, apenas mensagens a serem decodificadas, são efeitos de sentidos que são produzidos em condições determinadas e que estão de alguma forma presentes no modo como se diz(...)esses sentidos têm a ver com o que não é dito, e com o que poderia ser dito e não foi”.

De acordo com o Diagnóstico Fundiário emitido pelo Incra em 28 de fevereiro de 1984, cerca de 400 famílias foram despejadas da Gleba Cerro Azul por ordem judicial expedida pela Comarca de Cáceres, em 1981.

Em 1982, o Incra cria o Projeto Fundiário Vale do Guaporé e por meio de vistoria constatou que a área supramencionada era ocupada de forma irregular pelas famílias despejadas fazia aproximadamente quatro anos.

A vinda do Presidente da República, João Batista de Oliveira Figueiredo a Cáceres em 1982, levou os posseiros a pedirem-lhe solução para o problema, de modo que conseguiram uma resposta positiva.

Em 18 de agosto de 1982, o Projeto Fundiário Vale do Guaporé requereu autorização para criar o Projeto Assentamento Rápido (PAR.). Esta autorização foi concedida, mas em caráter especial, pois o PFVG (Projeto Fundiário Vale do Guaporé). não fazia assentamento, somente regularizava a situação fundiária de sua região jurisdicional.

Com a criação do PAR foram concedidas 374(trezentas e setenta e quatro) autorizações para ocupação. Cerca de um ano depois 197(cento e noventa e sete) posseiros trouxeram até o Incra as medições das áreas que ocupavam, demarcadas em

conformidade com a lei, tendo assim garantido o recebimento dos títulos definitivos rurais.

Há vinte anos a Gleba Cerro Azul existe como área devidamente reconhecida, na qual vivem inúmeras famílias que trabalham com a agricultura e com a pecuária, fomentando o desenvolvimento do município de Pontes e Lacerda no modo capitalista de organização social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Busquei realizar um trabalho que abordasse um fato que faz parte da história de Pontes e Lacerda: o conflito que ocorreu na gleba Cerro Azul na década de 1980. Este acontecimento não havia sido considerado ainda para um estudo teórico e propus-me a fazer uma análise que é apenas mais uma entre tantas outras que serão feitas, tendo como ponto de partida a história de Pontes e Lacerda.

A grande tensão social gerada a partir da disputa pela posse da terra em Pontes e Lacerda nas décadas de 1970 e 1980, estabeleceu-se como motivo para a criação de vários projetos pelo Incra, o Projeto Fundiário Vale do Guaporé é um exemplo disso.

Seguidas vezes pude presenciar a movimentação dos posseiros em Pontes e Lacerda, havia uma espécie de luta que não se resumia ao que é físico, mas sobretudo moral, pois aquelas pessoas batalhavam por um pedaço de terra e essa última representava-lhes a própria sobrevivência.

Hoje, a luta pela terra continua, mas em Pontes e Lacerda a situação não é mais a mesma de 1982, passaram-se vinte anos, e considerando o percurso dos sentidos ao longo desse período é que procuro refletir, constituindo um lugar para aqueles que se voltarem para a questão da terra.

BIBLIOGRAFIA

GUIMARÃES, Eduardo. *Os Limites do Sentido um estudo histórico e enunciativo da linguagem*. Campinas, SP: Ed Pontes, 1995.

LAGAZZI, Suzy. *O desafio de dizer não*. Campinas, SP: Ed Pontes 1988.

ORLANDI, Eni, *Análise do Discurso: princípios e procedimentos*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1996.

_____. *Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. 2.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.

_____. *Terra à Vista: discurso do confronto: velho e novo mundo*. Campinas, SP: Cortez, 1990.

PÊCHEUX, Michel. *Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Tradução de Eni P. Orlandi (et al.). 3.ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1997.

ANEXOS

DIAGNÓSTICO

FUNDIÁRIO

1. INTRODUÇÃO :

Através da Portaria nº 1.359, de 22 de setembro de 1.975, o Sr. Presidente do INCRA cria a Unidade Fundiária de Casalvasco, sediada no então Patrimônio de Pontes e Lacerda, cuja jurisdição abrangia uma área de 5.982.500 ha (cinco milhões, novecentos e oitenta e dois mil e quinhentos/hectares), ficando no entanto subordinada ao Projeto Fundiário de Cáceres. A UF-1 foi criada no auge do mais sério problema de tensão social de todo o Estado de Mato Grosso (Gleba Scatollin) e após instalação, descentralizou muitos serviços de Cáceres.

Criado o Projeto Fundiário Vale do Guaporé, a UF-1 foi incorporada ao mesmo, e passou a jurisdicionar o atual município de Pontes e Lacerda, onde os problemas de tensão social são uma constante. Vale salientar que mais de 80% da titulação expedida pelo PFVG, incide na área de atuação da Unidade Fundiária de Casalvasco. Daí pode deduzir-se a sua importância como Órgão de apoio técnico e jurídico.

2. ASPECTOS GERAIS :

Na sede da Unidade Fundiária de Casalvasco, após sua incorporação ao PFVG, já funcionaram cinco discriminatórias; e dado a sua posição estratégica, deverão funcionar mais outras, nos anos subsequentes. A UF-1 atende no dia a dia a todos os posseiros das Glebas São Domingos, Casalvasco, Alegre, (Córrego da Onça e Coronel Ari), Veado (1.500 Alqueires), Porto Bananal, Scatollin, etc. Considerável ainda é o número de atendimento dispensado a pessoas chegantes de outras Regiões do País, que buscam informações no sentido de se esclarecerem da situação fundiária dos imóveis que pretendem adquirir.

Vale salientar que já foram medidas e demarcadas as Glebas Sca-

Demarcação

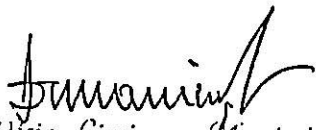
Beatollin e Cerro Azul, a primeira com 402 (quatrocentos e dois) lotes e a segunda com 448 (quatrocentos e quarenta e oito) lotes; perfazendo um total de 850 (oitocentos e cinquenta) lotes, já na condição de TD's. Fato idêntico deverá ocorrer na Globa São Domingos, onde nada mais nada menos, contamos com 650 (seiscentos e cinquenta) ocupantes, dos quais 420 (quatrocentos e vinte) já têm AO's autorizadas pelo DF. A outra parte da Fazenda Nacional de Casalvasco, terá sua identificação concluída até o final do presente exercício, e entre os ocupantes já identificados e os que ainda estão por identificar, deveremos contar com mais ou menos uns 800 (oitocentos) identificados.

3. CONCLUSÃO:

Apesar do alto índice de titulação já atingido na área do município de Pontes e Lacerda, ainda existe um grande número de trabalhadores/rurais sem terra e que uma vez ou outra tentam invadir outras áreas; daí por que a necessidade de contornar o problema insurgente, com a criação de F. A. R. na Região.

Atenciosamente,

Pontes e Lacerda-MT., 28 de fevereiro de 1.984.


Décio Cipriano Maniçoba
Eng.º Agr.º CREA 10.101/78-RN 18.º R.
CH. CR-13/T(09)/DF-UF-1 O.S. 006/82

função social, qual seja, o favorecimento ao bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores, que nela labutam, a manutenção de níveis satisfatórios de produtividade, a conservação de recursos naturais, e as justas relações de trabalho entre os que possuem a terra e os que a cultivam.

A ocupação desordenada sempre gerou conflitos de ordem social, tensão nas regiões ocupadas, acarretando ao INCRA, trabalhos hercúleos, no sentido de apaziguar ânimos, adequando, convenientemente, as relações de trabalho nas áreas litigiosas, coordenando-as de acordo com as normas de Administração Superior.

A aplicação dos meios disponíveis e a exploração de condições favoráveis, com vista a objetivos específicos são empregados na caracterização e identificação fundiária. Na discriminatória, impõe-se a arrecadação de áreas devolutas, matriculando-as em nome da União, bem como as arrecadações sumárias.

Ressalvamos, também, as ratificações das concessões a non domino, a extinção de aforamentos ilegais, de delimitação de perímetros urbanos, a licitação de terras públicas, a regularização fundiária, desapropriação por interesse social e o reconhecimento dos títulos legítimos.

Visando a Organização Fundiária na sua área de jurisdição o Projeto Fundiário VALE DO GUAPORÉ, atuou em diversas Glebas, assentando através do P.A.R., discriminando, desapropriando, medindo e demarcando. A saber :

2.1 - PROJETO DE ASSENTAMENTO RÁPIDO (PAR).

Gleba FAZ. NAC. CASALVASCO área de CERRO AZUL com área de 33.535 ha aproximadamente, ocupada irregularmente por 367 famílias, cujos ocupantes delimitaram a seu bel-prazer áreas muito além da capacidade de exploração, o que ocasionou, por parte do INCRA, de acordo com as atribuições que lhe foram conferidas, o assentamento imediato dos re feridos posseiros, em lotes de 30 ha a 100 ha, através de um processo especial autorizado pelo Departamento de Recursos Fundiários DF ex vi da Resolução 291 de 27 de outubro de 1982.

2.2 - DISCRIMINAÇÃO ADMINISTRATIVA :

O Projeto Fundiário VALE DO GUAPORÉ, discriminou desde a sua criação - cerca de 1.387.150 ha aprox. apurando um devoluto aproximado de 197.665 ha, dos quais 188.080 ha, estão devidamente arrecadados e matriculados.

O Projeto Fundiário CACERES, discriminou dentro da área de jurisdição do P.F.V.G. - 472.860 ha aprox. arrecadando e matriculando em nome da União Federal 389.651 ha aprox. de terras devolutas.

Total da área discriminada -	1.859.910	ha.
Total da área arrecadada -	577.731	ha.

2.3 - DESAPROPRIAÇÃO POR INTERESSE SOCIAL :

Gleba São Domingos	-	27.230	ha. PFVG.
Gleba Scatolin	-	35.454	ha. PF.CCE.
Total da área Desapropriada	-	62.684	ha.

2.4 - MEDICÃO E DEMARCAÇÃO :

Gleba Guaporé II - 10.178,1356 ha.

2.5 - TITULAÇÃO :

Discriminamos abaixo, a relação da titulação efetuada por este PFVG, desde a sua criação até a presente data.

A O	-	794	-	41.453,0000	ha.
C P C V	-	423	-	326.563,2932	ha.
T R	-	02	-	23.279,9492	ha.
T D R	-	709	-	142.788,6471	ha.

3. PRINCIPAIS LITÍGIOS SOLUCIONADOS

CERRO AZUL

Área encravada na Gleba Fazenda Nacional de Casalvasco, com 33.535,00 hectares.
Terras Devolutas, arrecadadas, imóvel matriculado sob o nº 6.022, no Lv. 02-E-1, Fls. 24, datado de 02/04/79, em nome da União.

Fato de repercussão nacional, mais ou menos 400 (quatrocentas) famílias foram despejadas.
por ordem judicial da Comarca de Cáceres, em 1. 981.

Com a instalação de P.F.V.G. em 1. 982, constatou-se, mediante vistoria, que essa área era ocupada irregularmente, por essas famílias, há mais ou menos 04 anos.

O Excelentíssimo Senhor Presidente da República esteve em Cáceres, em abril de 1.982, ocasião em que essas famílias lhe pediram solucionar a questão. o obtiveram resposta positiva.

Este P.F.V.G. solicitou, em 18/08/82, autorização para criar o Projeto de Assentamento Rápido (P.A.R.), a fim de solucionar, rapidamente a tensão social já existente.

A autorização foi concedida em caráter especial, pois este Projeto não faz assentamento. Regulariza, apenas, a situação fundiária de sua região jurisdicional.

Foram concedidas 374 (trezentas e setenta e quatro) autorizações de ocupações e, em menos de 01 ano, 197 (Cento e noventa e sete) posseiros entregaram medições de suas áreas, devidamente demarcadas, recebendo os respectivos TÍTULOS DEFINITIVOS RURAIS.

4. PRINCIPAIS LITÍGIOS PENDENTES

4.1 - ADELINO FRANCISCO DE ASSIS e OUTROS

Processo em trâmite perante Juízo da Comarca de Cáceres, desde outubro/1983, de reintegração de posse, de autoria do referido em epígrafe, contra (quinze) posseiros, que invadiram a área de 2.480,00 ha, de domínio dos autores.

Essa área foi recentemente discriminada pela CE/MT - 50 que, por ocasião dos trabalhos de identificação e caracterização da Gleba Veados, em meado de julho/83, não foram encontrados os ditos invasores sobre a área referida, razão pela qual foram formalizados processos administrativos, em nome dos titulares do domínio.

2 - AGROF. FLORÊNCIO BONITO S/A.

Acontecimento de repercussão municipal, já de conhecimento da CR-13/J, através de precatória do Juízo de Caceres, que solicitou informações deste Projeto.

Embora não haja ainda litígio judicial, informamos que há uma invasão recente de mais ou menos 200 (duzentos) homens, fortemente armados, sobre uma área de 6.000,0000 ha., de domínio da Agropecuária Florêncio Bonito S/A., empresa rural, com título originário de Sesmarias, cujo imóvel é denominado Fazenda Furnas do Saranê, localizada no Município de Vila Bela da SS. Trindade, título reconhecido pela CE/MT-61. Conforme informações recebidas a este Projeto e transmitidas ao escalão superior, esta invasão teve origem na demarcação na área da reserva indígena, constatada a existência de "sobras", situadas na área da fazenda supramencionada. A divulgação foi feita por 03 indivíduos, Valdir Costa, Adonias Angélico de Oliveira e Osvaldo Silveira.

4.3 - SÃO DOMINGOS

Área de domínio privado, com 27.215 ha, cuja inexploração deu ensejo à invasão de mais ou menos 400 (quatrocentas) famílias, resultando a competente ação desapropriatória.

Proposta a desapropriação da área cf. D. D. 88279, que declara área prioritária, para fins de reforma agrária, e D. 88.280, ambos de 04/05/83, que autoriza o INCRA a desapropriá-la.

A ação do Projeto foi rápida, assim que o INCRA se imitiu na posse. Nossos técnicos vistoriaram-na, informando aos ocupantes, as medidas de seus respectivos lotes, evitando-se, assim, a ação dos especuladores de terras, visando à locupletação ilícita, em detrimento dos legais.

O Projeto sentiu, diversas vezes, a falta de pessoal qualificado e foram obtidos resultados positivos a curto prazo, contando, sem pre, com a colaboração da CFR/MT e CFC/DF. Regularizou 420 (quatrocentas e vinte) famílias, sob seus lotes, expedindo as respectivas autorizações de ocupações.

4.4 - SCATOLIN

Gleba desapropriada pelo PF. CCE, no ano de 1. 979, com área de 35.454 ha, encontra-se aguardando medição do perímetro expropriado, o que será feito neste ano via administração direta.

No ano de 1. 982, foram titulados sob forma de TD cerca de 377 famílias.

6. ÁREA PRIORITÁRIA PARA AÇÃO

Toda a área que se encontra sob a jurisdição deste Projeto tem prioridade para a regularização fundiária, tendo em vista que foi abrangida pelo D. 86.029/81, que instituiu o Programa Integrado de Desenvolvimento do Noroeste do Brasil (POLO NOROESTE).

As áreas prioritárias são as seguintes :

6.1 - DESAPROPRIAÇÃOGLEBA 1.500 ALQUEIRES

Com 3.630 ha - (três mil, seiscentos e trinta hectares), situado no Município de Pontes e Lacerda, faixa dos 100 kms. da BR-364, regulada pelo D. 86029/81 - POLONOROESTE - com a distância de, aproximadamente, 100 kms. da sede deste Projeto, através da rodovia BR - 174, BR - 364 e 22kms. do centro de Pontes e Lacerda, através da rodovia / BR - 364. Dita área é ocupada por 95 (noventa e cinco) famílias, que a cultivam mansa e pacificamente a mais de ano e dia, conforme vistoria realizada recentemente pela CE/MT - 50, pois essa área se encontra dentro do perímetro dessa discriminatória.

GLEBA CÔRREGO DA ONÇA

Com 2.000 ha. (Dois mil hectares), localizada no Município de Pontes e Lacerda, faixa dos 100 Kms à margem da rodovia - BR-364, abrangida pelo D. 86029/81, POLONOROESTE. Com a distância de 90 Kms. (noventa) aproximadamente, da sede deste Projeto, através das rodovias BR - 364 e 174, e, a mais ou menos 07 kms (sete) do centro de Pontes e Lacerda, pela rodovia BR - 364.

6.2 - DISCRIMINAÇÃOGLEBA SABÃO

Com área aproximada de 240.000,00 ha. localizada no Município de Vila Bela da SS. Trindade, sob jurisdição deste Projeto.

GLEBA PIOLHINHO

Com área aproximada de 197.000,00 ha. situada no Município de Vila Bela da SS. Trindade, sob jurisdição deste Projeto.

6.3 - ARRECADACÃOGLEBA PORTO BANANAL

Com área aproximada de 25.000,00 ha .

GLEBA NOVA ALVORADA

Com área aproximada de 18.000,00 ha.

6.4 - DEMARCAÇÃO

GLEBA SCATOLIN - Perímetro de 35.454,00 ha.

GLEBA GUAPORÉ II - Área de 22.200,00 ha.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA
PROJETO FUNDIÁRIO VALE DO GUAPORÉ
CR-13/T(9)/DF

DIAGNÓSTICO TÉCNICO

ÁREA: 605.000,0000 Ha

GLEBA: FAZENDA NACIONAL DE CASALVASCO

MUNICÍPIO: PONTES E LACERDA E VILA BELA

DA SANTÍSSIMA TRINDADE

1. Introdução: O presente diagnóstico, está sendo elaborado com vistas a fornecer dados técnicos, elucidativos da viabilidade agrícola e pecuária da área em apreço, que será objeto de regularização deste Projeto.

2. Características Gerais da Área

2.1. Localização: A Fazenda Nacional de Casalvasco está localizada parte no município de Pontes e Lacerda e parte no município de Vila Bela da Santíssima Trindade; geograficamente está localizada entre os paralelos $15^{\circ}13'24''S$ e $16^{\circ}10'22''S$ e os meridianos $60^{\circ}02'48''WGr$ e $59^{\circ}14'01''WGr$; por conseguinte, situada na faixa dos 100 km da linha de Fronteira Brasil x Bolívia; distando o seu limite leste, 39 km de Pontes e Lacerda.

2.2. Vias de Acesso: O acesso à área é assegurado

C O N T I N U A Ç Ã O

é assegurado pela BR 174, que liga Cáceres a Pontes e Lacerda; daí seguindo-se 29 km pela estrada municipal que liga Pontes e Lacerda a Matão. Além desta, várias outras estradas menos expressivas, permitem o acesso a área; que ainda pode ser por via aérea e hidrovía levando-se em consideração que a aérea é delimitada pelos rios Alegre e Barbado, ambos parcialmente navegáveis e afluentes do Guaporé, que é permanentemente navegável.

2.3. Vegetação: Dado a grande extensão da área, a vegetação se apresenta bastante diversificada; nela encontramos matas ciliares, semicaducifolias, características do clima tropical. Além desta, encontramos cerrados e campos. Dentre os espécies vegetais, encontramos a cerejeira, a peroba, o louro preto, o mogno, a aroeira, etc.

2.4. Clima: O clima é classificado como tropical úmido (AW KOPEN); com temperatura média em torno de 25° centígrados, precipitação pluviométrica entre 1200 a 2000 mm no período de novembro a março, e umidade relativa do ar em torno de 80%.

2.5. Relevo e Solos: Bastante variados; os solos em boa parte pertencem à subordem dos latossolos, de boa fertilidade; o relevo é plano e suavemente ondulado em grande parte, excessão apenas para as proximidades da encosta da serra de Santa Bárbara.

2.6. Hidrografia: Basicamente é constituída pelos rios Alegre e Barbado e seus afluentes que partem do interior da área, tendo a serra de Santa Bárbara como divisor de águas. Dentre os afluentes mais expressivos citamos o rio Minuto, o córrego das Pedras, o Gomalina, o Santa Rosa e vários outros.

3. Conclusão: A Fazenda Nacional de Casalvasco, está ocupada por grande número de pequenos produtores, acreditamos girar em torno de aproximadamente uns 700, localizados principalmente na Região do Matão e em outra conhecida por Cerro Azul; a ou

C O N T I N U A C ã O

a outra parte da área. é ocupada por pecuaristas e médios produtores que consorciam agricultura à pecuária.

Pontes e Lacerda, 05 de abril de 1982.

Estado de Mato Grosso
Comarca de Pontes e Lacerda

LIVRO Nº2
REGISTRO GERAL DE IMÓVEIS
CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO

Marcelo Rodrigues de Freitas
Oficial

MATRÍCULA Nº.....16.195.....Fls.....01.....V.....

imóvel, SEM PRÉVIA ANUÊNCIA DO INCRA; IX) -O INCRA expressamente autoriza a constituição de hipoteca, em garantia de financiamentos concedidos por entidades de crédito, para exploração e/ou melhoria do imóvel desta matrícula, cumprindo a essas entidades, cientificando o INCRA, previamente, na hipótese de execução da hipoteca; XII) -Extingue-se a condição resolutiva quando, cumulativamente: a) -O ora adquirente houver liquidado integralmente o valor de seu débito para com o INCRA; b) -Forem decorridos 05 anos da data do Registro do referido título no competente Registro de Imóveis- item modificado pela cláusula XIV, conforme carimbo apostado no verso do Título, passando a vigorar o prazo de 10 anos a contar da data do registro imobiliário-em face do estabelecido no artigo 189 da Constituição Federal; c) -O INCRA tiver emancipado o projeto de alienação nos casos em que a alienação foi originada daquele. Ex, Paulo, escrevente juramentada, digitei e conferi. Ex, Paulo, Oficial, ratifico e DOU FÉ.=====

AV-3/16.195 Data:28/05/2002 Prot.:36.954 DATA:07/05/2002
AVERBAÇÃO DE QUITAÇÃO.

A requerimento firmado em 06/05/2002, pelo Sr. Melquizedec Oliveira de Carvalho, consoante RECIBO nº 070254, (Arq./16.195/2002); procedeu-se a esta averbação para fazer constar que o valor constante do R-1/retro foi devidamente QUITADO em 22/06/1990. Ex, Paulo, escrevente juramentada, digitei e conferi. Ex, Paulo, Oficial, ratifico e DOU FÉ.=====



CERTIDÃO Lº 02 (RGI)

CERTIFICO o dou. lº que esta fotocópia é reprodução da matrícula nº 16.195 não existindo quaisquer outros registros, averbações ou ônus, além do que dela consta até a presente data e tem valor de certidão, conforme Artigo 1º da Lei nº 6.015 de 31/12/1973. O REFERIDO É VERDADE E DOU FÉ.

Pontes e Lacerda-MT 07 de 05 de 2002

Paulo
PRIMEIRO SERVIÇO NOTARIAL E REGISTRAL
Vilmara do Paulo
(Escrevente Juramentada)



INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA

01 - CARACTERÍSTICAS DO TÍTULO
ESPECIL

TÍTULO DE PROPRIEDADE, SOB CONDIÇÃO RESOLUTIVA

Nº DO TÍTULO	DATA	LOCAL DE EMISSÃO	UF	PROCESSO ADMINISTRATIVO
025682	28/07/89	PONTES E LACERDA	MT	11240100209/82
ORGÃO GESTOR				Nº DO MICROFILME
PF VALE DO GUAPORE				89 159 01401

02 - OUTORGANTE

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA, AUTARQUIA FEDERAL, CRIADA PELO DECRETO-LEI Nº 1110, DE 9/7/70, E ALTERADA PELA LEI Nº 7231, DE 23/10/84.

03 - OUTORGADO

IVO MIRANDA DOS SANTOS

PROFISSÃO/ATIVIDADE PRINCIPAL	ESTADO CIVIL	Nº DO DOC. DE IDENTIFICAÇÃO	TIPO DO DOC. DE IDENTIFICAÇÃO	UF
AGRICULTOR	SEPARADO	29996	TÍTULO DE ELEITOR	MG
NACIONALIDADE/PAIS DE ORIGEM	DATA DE NASCIMENTO	CPF/CGC	Nº DE ICR	
BRASILEIRO	29/08/37	88458676 68		

04 - FUNDAMENTOS LEGAIS DA TITULAÇÃO
LEGISLAÇÃO FEDERALLEI 4504/64 E LEI 4947/66, DECRETO-LEI: 2375/87
ASSENTIMENTO PREVIO DA SG/CSN, ATRAVES DO OFICIO
NUMERO 00219/5A.SC/00369 DE 24/01/84

05 - CARACTERÍSTICAS DO IMÓVEL

DENOMINAÇÃO DO IMÓVEL	CÓDIGO DO IMÓVEL RURAL		
LOTE 249	000/0000 902071 103802 0		
SITUAÇÃO DO IMÓVEL	MUNICÍPIO DA SEDE DO IMÓVEL	UF	ÁREA
ZONA RURAL	PONTES E LACERDA	MT	80,2345 HA

ÁREA POR EXTENSO

OITENTA HECTARES, VINTE E TRES ARES E QUARENTA E CINCO CENTIARES

CONFRONTAÇÕES

NORTE LOTE 227 DO QUAL E SEPARADO POR ESTRADA MUNICIPAL
ESTE LOTES 227 E 248 SENDO SEPARADO DO PRIMEIRO POR ESTRADA MUNI
CIPAL E DO ULTIMO POR ESTRADA PROJETADA
SUL LOTES 263 E 264
OESTE LOTES 264 E 250MEMORIAL DESCRITIVO, EM ANEXO: QUE INTEGRA O PRESENTE TÍTULO E QUE DEVERA, IGUALMENTE, INTEGRAR O REGISTRO IMOBILIÁRIO CORRESPONDENTE
Nº DO MEMORIAL DATA RESPONSÁVEL PELA MEDIÇÃO / DEMARCAÇÃO IDENTIFICAÇÃO NO CREA
025682 05/12/83 JOSE CARLOS ROCHA 014217/10A

REGISTRO IMOBILIÁRIO

PROPRIETÁRIO	MATRÍC./TRANSC.	OFÍCIO	LIVRO	FOLHA	REGISTRO	COMARCA	UF
UNIÃO	006022	01	C2E1	0024	0001	CACERES	MT

06 - PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

PREÇO DO IMÓVEL	VALOR ANTECIPADO	SALDO DEVEDOR	COND. DE PAGTº	
Cr\$ NCZS 1.847,00	Cr\$ NCZS 0,00	Cr\$ NCZS 1.847,00	A PRAZO	
Nº DE PRESTAÇÕES	FREQUÊNCIA DE PAGAMENTO	JUROS	VALOR DA PRESTAÇÃO	DATA DA 1ª PRESTAÇÃO
004	ANUAL	6,0 %	Cr\$ NCZS 533,00	28/07/90

PRESTAÇÃO SUJEITA A ATUALIZAÇÃO NOS TERMOS DA LEI

O PRESENTE TÍTULO SE REGE PELAS CLÁUSULAS E CONDIÇÕES IMPRESSAS NO VERSO

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZACAO E REFORMA AGRARIA - INCRA
COORDENADORIA REGIONAL DE MATO GROSSO -- CR-13
PROJETO FUNDIARIO VALE DO GUAPORE

MEMORIAL DESCRITIVO

ESTADO MATO GROSSO

MUNICIPIO

PONTES E LACERDA

IMOVEL GLEBA CERRO AZUL

SETOR

GLEBA

LOTE 267

AREA

21.9392 ha PER:

2087.716 m

OBJETO TOMADA DE PREÇOS Nº 04/83

INSTRUMENTO TEODOLITO REPETIDOR WILD T1-A, KERN K1-A

METODO EMPREGADO POLIGONOMETRICO -- ESTADIMETRICO

LIMITES E CONFRONTAÇÕES

NORTE COM OS LOTES 266 E 268.

ESTE COM OS LOTES 268, 290 E 291.

SUL COM OS LOTES 292, 293 E 260.

OESTE COM OS LOTES 260 E 266.

ESTE MEMORIAL DESCRITIVO É PARTE INTEGRANTE
DO TÍTULO DE PROPRIEDADE Nº 028821, LIDO
EM 21/07/87 E DEVE SER COLOCADO
NACIONALMENTE NO REGISTRO IMOBILIÁRIO DO COTRIBU-
TUÁRIO DO CIDADÃO.

Francisco Carlos da Silva
Superintendente Regional SR-13 MATO GROSSO
Deleg. da Competência
PORTA. DE N. 2789

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZACAO E REFORMA AGRARIA -- INCRA
COORDENADORIA REGIONAL DE MATO GROSSO -- CR-13
PROJETO FUNDIARIO VALE DO GUAPORE

MEMORIAL DESCRITIVO

ESTADO MATO GROSSO

MUNICIPIO

PONTES E. LACERDA

IMOVEL GLEBA CERRO AZUL

SETOR

GLEBA

LOTE: 249

AREA: 80.2345 ha PER.: 3880.480 m

OBJETO TOMADA DE PREÇOS Nº 04/83

INSTRUMENTO TEODOLITO REPETIDOR KERN DKM-2AE E DM-5C2

METODO EMPREGADO: POLIGONOMETRICO -- ESTADIMETRICO

LIMITES E CONFRONTAÇÕES

NORTE COM O LOTE 227, DO QUAL E SEPARADO POR ESTRADA MUNICIPAL.

ESTE COM OS LOTES 227 E 248, SENDO SEPARADO DO PRIMEIRO POR
ESTRADA MUNICIPAL E DO ULTIMO POR ESTRADA PROJETADA.

SUL COM OS LOTES 263 E 264.

ESTE MEMORIAL DESCRITIVO E PARTE INTEGRANTE
DO TITULO DE PROPRIEDADE Nº 025682 EMITIDO
EM 28/07/83 E DEVE SER CONSIGNADO
INTEGRALMENTE NO REGISTRO IMOBILIARIO CORRES-
PONDENTE AO CITADO TITULO.

Francisco Cassiano do Silva
Superintendente Estadual SR-13/MT
Delegação Competência
PORTARIA Nº 23/85

OESTE COM OS LOTES 264 E 250.



INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA

01 - CARACTERÍSTICAS DO TÍTULO

ESPECIE

TÍTULO DE PROPRIEDADE, SOB CONDIÇÃO RESOLUTIVA

Nº DO TÍTULO	DATA	LOCAL DE EMISSÃO	UF	PROCESSO ADMINISTRATIVO
027082	04/09/89	PONTES E LACERDA	MT	11240-00127-82
ORGÃO GESTOR				Nº DO MICROFILME
PF VALE DO GUAPORE				89-164-01610

02 - OUTORGANTE

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA, AUTARQUIA FEDERAL, CRIADA PELO DECRETO-LEI Nº 1110, DE 9/7/70, E ALTERADA PELA LEI Nº 7231, DE 23/10/84.

03 - OUTORGADO

AMINADAB PEREIRA DE CARVALHO

PROFISSÃO/ATIVIDADE PRINCIPAL	ESTADO CIVIL	Nº DO DOC. DE IDENTIFICAÇÃO	Tipo DO DOC. DE IDENTIFICAÇÃO	UF
AGRICULTOR	CASADO	672345	CART. IDENTIDADE	GO
NACIONALIDADE/PAÍS DE ORIGEM	DATA DE NASCIMENTO	CPF/CGC	Nº DE ICR	
BRASILEIRO	24/06/53			

04 - FUNDAMENTOS LEGAIS DA TITULAÇÃO

LEGISLAÇÃO FEDERAL

LEI 4504/64 E LEI 4947/66, DECRETO-LEI: 2375/87
ASSENTIMENTO PREVIO DA SG/CSN, ATRAVES DO OFICIO
NUMERO 00700/5A.SC/02089 DE 16/10/87

05 - CARACTERÍSTICAS DO IMÓVEL

DENOMINAÇÃO DO IMÓVEL

LOTE 266

CÓDIGO DO IMÓVEL RURAL

000/0266 902071-105643 6

SITUAÇÃO DO IMÓVEL	MUNICÍPIO DA SEDE DO IMÓVEL	UF	ÁREA
ZONA RURAL	PONTES E LACERDA	MT	102,5426 HA

ÁREA POR EXTENSO

CENTO E DOIS HECTARES, CINQUENTA E QUATRO ARES E VINTE E SEIS CENTIARES

CONFRONTAÇÕES

NORTE LOTES 261 262 264 E 265
ESTE LOTES 265 269 268 267 E CORREGO BURITI
SUL LOTES 267 E 260
OESTE LOTES 260 261 262 E ESTRADA EXISTENTE

MEMORIAL DESCRITIVO, EM ANEXO, QUE INTEGRA O PRESENTE TÍTULO E QUE DEVERÁ, IGUALMENTE, INTEGRAR O REGISTRO IMOBILIÁRIO CORRESPONDENTE

Nº DO MEMORIAL	DATA	RESPONSÁVEL PELA MEDIÇÃO / DEMARCAÇÃO	IDENTIFICAÇÃO NO CREA
027082	05/12/83	JOSE CARLOS ROCHA	014217/10A

REGISTRO IMOBILIÁRIO

PROPRIETÁRIO	MATRÍC./TRANSC.	OFÍCIO	LIVRO	FOLHA	REGISTRO	COMARCA	UF
UNIÃO	006022	01	C2E1	0024	0001	CACERES	MT

06 - PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

PREÇO DO IMÓVEL	VALOR ANTECIPADO	SALDO DEVEDOR	COND. DE PAGT	
C/s NCZS 2.880,00	C/s NCZS	0,00	A PRAZO	
Nº DE PRESTAÇÕES	FREQUÊNCIA DE PAGAMENTO	JURIS	VALOR DA PRESTAÇÃO	DATA DA 1ª PRESTAÇÃO
004	ANUAL	6,0 %	C/s NCZS 831,00	04/09/90

PRESTAÇÃO SUJEITA A ATUALIZAÇÃO NOS TERMOS DA LEI

O PRESENTE TÍTULO SE REGE PELAS CLÁUSULAS E CONDIÇÕES IMPRESSAS NO VERSO

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZACAO E REFORMA AGRARIA - INCRA
COORDENADORIA REGIONAL DE MATO GROSSO -- CR-13
PROJETO FUNDIARIO VALE DO GUAPORE

MEMORIAL DESCRITIVO

ESTADO MATO GROSSO

MUNICIPIO

PONTES E LACERDA

IMOVEL GLEBA CERRO AZUL

SETOR.

GLEBA

LOTE: 266

ÁREA: 102.5426 ha PER.: 4120.109 m

OBJETO TOMADA DE PREÇOS Nº 04/83

INSTRUMENTO TEODOLITO REPETIDOR KERN K1-A

METODO EMPREGADO POLIGONOMÉTRICO — ESTADIMÉTRICO

LIMITES E CONFRONTAÇÕES

NORTE COM OS LOTES 261, 262, 264, 265.

ESTE COM OS LOTES 265, 269, 268 e 267 e Córrego Buriti.

SUL COM OS LOTES 267 e 260..

OESTE COM OS LOTES 260, 261, 262 e estrada existente.

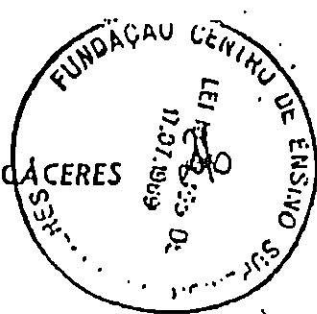
ESTE MEMORIAL DESCRITIVO É PARTE INTEGRANTE
DO TÍTULO DE PROPRIEDADE Nº 027.082 EMITIDO
EM 04/09/89 E DEVE SER CONSIGNADO
INTEGRALMENTE NO REGISTRO IMOBILIÁRIO CORRES-
PONDENTE AO CITADO TÍTULO.

Francisco Cassiano da Silva
Superintendente Estadual SR-13 MT
Delegação Competência
PORTARIA Nº 23/85



ESTADO DE MATO GROSSO

FUNDAÇÃO CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DE LACERDA



uma imagem d N.S. Aparecida.

Em 1961 o DNER, abriu a rodovia ligando Pontes e Lacerda a Vila Bela da Santíssima Trindade, de cujo município fazia parte. Com o término da obra, o cozinheiro da construtora da rodovia resolveu ficar com a família, construindo um barraco onde hoje é a Avenida Marechal Rondon, cujas demarcações definitivas somente feitas em 1970.

Em 1962 - Máximo Assunção foi fiscal da linha telegráfica, percorria o trecho de Pontes e Lacerda a Esperidião da Costa Marques, a cavalo, levava neste percurso de 3 a 4 dias. Ainda neste ano chega o poaceiro Messias Senábio, este foi atacado várias vezes por índios Nhambiquaras.

Até este ano a Vila permaneceu estagnada, atraindo um pequeno número de agricultores que por aqui permaneceram.

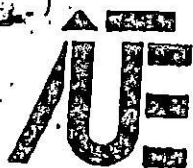
Em 12 de maio ^{de 62} chegam as famílias Azambujas e Arantes, vieram da cidade de Três Lagoas, num comboio de 3 caminhões, construíram casas, fizeram picadas e plantaram roças. As famílias unidas acompanham e participam ativamente do desenvolvimento da cidade.

Nomeado em 30 de abril de 1970, pelo então Presidente da Codemat, o Sr. Getúlio de Lima Arantes ao cargo de 1º encarregado da Vila de Pontes e Lacerda, foi este que fez a demarcação da Avenida Cândido Rondon, usando um aparelho fabricado pelo mesmo de madeira parecendo um pouco com o teodolito.

Em virtude do desenvolvimento lento ^{mas} progressivo verificado em Pontes e Lacerda, Dr. José Garcia Neto (Governador) elevou o povoado à categoria de Distrito do município de Vila Bela da Santíssima Trindade, através da Lei nº 3.813, de 06/12/1976.

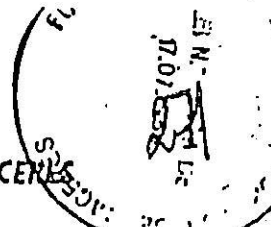
Em razão da excelência das suas terras, próprias para vários tipos de cultura e principalmente para a pecuária, muita gente de fora começou a chegar, principalmente de São Paulo e Minas Gerais, abrindo fazendas, em vista do baixo custo das terras amplas e disponíveis. Assim o progresso foi se impondo, ^{o modo capitalista de organização} forçando a elevação do distrito à categoria de município, o que se deu com a Lei nº 4.167, de 29 de dezembro de 1979, sancionada pelo Governador Frederico Carlos Soares de Campos.

Outro motivo que contribuiu para o rápido crescimento demográfico foi a descoberta de ouro, nos garimpos da Serra de Santa Bárbara.



ESTADO DE MATO GROSSO

FUNDAÇÃO CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DE CÁCERES



ra e do Caldeirão, cuja produção mensal gera em torno de 360 quilos, livremente comercializado na sede do Município.

Apesar de criado em 29/12/79, o município somente foi instalado em janeiro de 1981, com a posse do 1º administrador de Pontes e Lacerda, o Sr. Gercino Rodrigues de Souza, que governou até 31/01/83, quando tomou posse o 1º prefeito eleito pelo voto, em 15/11/82, o Sr. Dionir de Freitas Queiróz, cujo mandato se iniciou precisamente no dia 1º de fevereiro de 1983, terminando em 31 de dezembro de 1988, quando foi empossado, a 1º de janeiro de 1989, o segundo prefeito eleito em 15 de novembro de 1989, Dr. Dauri Alves Mariano.

2) - ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DO MUNICÍPIO DE PONTES E LACERDA:

a) Poder Executivo:

Prefeito Municipal: Dr. Dauri Alves Mariano

Vice-Prefeito: Divaldo Farias

Sec. de Administração: João Onofre Bracale

Sec. de Finanças: Sebastião Procópio

Sec. de Viação de Obras Públicas: Irineu Evangelista

Sec. de Educ. e Cultura: Prof. Maurício Beguelini

Sec. de Saúde e Assist. Social: Dr. José Antonio Costa Sardinha

Assessor Jurídico: Dr. Hélio José Garcia Mendes

b) Poder Legislativo: Câmara Municipal.

Presidente: Antonio Oliveira da Cunha

Vice-Presidente: Salvador Reis Lima

1º Secretário: Oromil Ferreira da Silva

2º Secretário: Francisco de Assis Alves da Silva Corrêa

c) Demais Vereadores:

- Oriel Mendes Lucas (Presidente do 1º Biênio)

- João Bento Neto

- Divino Donizete Alves

- Valério Gomes Paulo

- Manoel Alves de Souza

- Amilton Rufino da Silva

- Antonio Álvaro Carneiro

- Válder de Oliveira

- José Bernardo Filho